

A Transformação e a Lacuna do Conflito Irregular

Major Kenneth J. Burgess, Exército dos EUA



Carros de Combate M1A1 Abrams e duas viaturas sobre rodas multitarefas de alta mobilidade M998 da 3ª Brigada, 1ª Divisão Blindada, 7º Corpo de Exército, deslocam-se através do deserto no norte do Kuwait durante a Operação Desert Storm, 1991. (Exército dos EUA, Sgt Reeve)

O autor é extremamente grato pelo incentivo e orientação de Nancy Roberts e Robert McNab. Sua assistência foi valiosa para o estudo que originou este artigo.

AS DIFICULDADES DOS Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão vêm sacudindo as discussões sobre a transformação das suas raízes tecnológicas. O Departamento de Defesa (DOD) começa a compreender que modernizar o nosso Exército para os conflitos irregulares do século XXI exigirá mudanças profundas na força de trabalho. Contudo, continua a existir uma lacuna relativa ao conflito irregular na atual estrutura da Força do Exército.¹

Em 1º de dezembro de 2008, a *Diretriz 3000.07* do DOD estabeleceu a supervisão de políticas para aumentar a proficiência do DOD na guerra irregular. A diretriz determina que o Departamento de Defesa seja “tão eficaz na guerra irregular quanto é na guerra tradicional”. Entretanto, o Exército otimizou suas forças terrestres para a mobilidade estratégica e a manobra

operacional fluida e decisiva contra os adversários do Estado. A transformação organizacional iniciada em 2003 permaneceu intacta apesar de mudanças profundas nos imperativos de Segurança Nacional, percepções de ameaça e doutrina militar atualizada.

As premissas iniciais da transformação, o atual esquema organizacional do Exército e as últimas mudanças de política estratégica são incompatíveis. A decisão do Exército de ampliar sua Força com mais seis brigadas de combate (*brigade combat teams — BCTs*) é, em essência, uma abordagem de “mesmice”, em vez de tornar a estrutura da Força mais capaz, dadas as ameaças futuras consideradas. O secretário Gates incentivou, recentemente, os planejadores do Exército a serem inovadores ao explorar “como o Exército deve ser organizado”.² Este artigo representa uma tentativa nesse sentido.

A Revolução em Questões Militares

As mudanças pós-Guerra Fria nas relações internacionais, um ambiente de ameaças em

Atualmente, o major Ken Burgess atua como oficial de operações do 1º Batalhão, 75º Regimento de Rangers, no Campo de Aviação do Exército Hunter, Estado da Geórgia. Foi desdobrado para várias missões no Iraque com a 82ª Divisão Aeroterrestre e, recentemente, para o Afeganistão, com uma Força-Tarefa de Operações Especiais. Sua experiência no Iraque inclui operações de combate de

grande escala e transição para operações de estabilidade no sul do Iraque e em Bagdá durante a Operação Iraqi Freedom I; a segurança das eleições em Mosul no início de 2005 e a estratégia de limpar, manter e construir em Tal Afar no final de 2005. Formou-se pela James Madison University e é mestre em Análise de Defesa (Guerra Irregular) pela Naval Postgraduate School, Monterey, Califórnia.

transformação e uma explosão de inovações tecnológicas levam a frequentes debates desde os anos 90 quanto ao emprego de tecnologia e às estruturas organizacionais nas forças militares. As melhorias reais e potenciais em tecnologias da informação, armas de precisão, blindados e capacidade robótica deram início a um movimento teórico conhecido como a revolução em questões militares. Não só a comunidade de Defesa respondeu com concepções de guerra alteradas pela superioridade tecnológica, como também buscou explorar a tecnologia para manter a projeção de poder dos EUA relevante em uma era pós-soviética.

A Guerra do Golfo de 1991 demonstrou a letalidade de um campo de batalha cada vez mais digitalizado no vasto deserto do Kuwait e sul do Iraque. Comunicações avançadas, sistemas de posicionamento global e armas de precisão demonstraram o tremendo poder da coordenação ar-terra em uma luta caracterizada cada vez mais pelo uso de armas combinadas e forças conjuntas. Entretanto, a falta de forças pré-posicionadas disponíveis na região resultou em um desenvolvimento amplo e demorado de poder de combate antes do início do combate terrestre. Os preparativos para a Guerra do Golfo revelaram uma fraqueza na capacidade do Departamento de Defesa de projetar o poder militar terrestre no exterior.

Enquanto isso, os planos de batalha concebidos para o combate terrestre convencional móvel no Passo de Fulda ou na Península da Coreia deram lugar a uma infinidade de novas contingências potenciais. A nação se envolveu cada vez mais em conflitos do Terceiro Mundo, onde equipamentos pré-posicionados não estavam disponíveis e uma infraestrutura limitada restringia a movimentação de veículos pesados. Sem saber para onde as forças americanas iriam no futuro, os planejadores de Defesa buscaram formas de aumentar a mobilidade estratégica e reduzir as exigências logísticas de forças de pronta resposta. As iniciativas de transformação exploraram plataformas mais leves e melhorias na mobilidade terrestre e marítima, e os futurólogos identificaram as tecnologias da informação como um multiplicador de combate que poderia revolucionar as táticas do Exército.

Dos vários estudiosos que recomendavam grandes mudanças na estratégia militar e na estrutura da força durante os anos 90, talvez

os mais influentes sejam Douglas McGregor e Arthur Cebrowski. O livro *Breaking the Phalanx* (“Rompendo a Falange”, em tradução livre), de McGregor, propunha a reorganização do Exército em grupos de combate móveis pré-posicionados em todo o mundo, prontos para conduzir operações “rápidas e decisivas”, contando com a “superioridade de conhecimento” e com o “domínio das informações”.³ O vice-almirante Arthur Cebrowski repetiu conceitos semelhantes de velocidade, precisão e superioridade de informações em um artigo na revista *Proceedings*, em 1998, que popularizou o termo “guerra centrada em redes”.⁴ Ambos os autores são importantes catalisadores de mudança dentro da comunidade de Defesa; contudo, nenhum dos dois prestou grande atenção às possíveis dificuldades das operações de estabilidade e outros elementos da guerra irregular. McGregor, Cebrowski e outros teóricos propunham formas revolucionárias de combater os adversários militares *tradicionais*.

O Exército reteria suas tradicionais forças existentes pesadas e mecanizadas, modernizando-as continuamente...

Transformação

Em 12 de outubro de 1999, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Eric K. Shinseki, anunciou o plano de transformação do Exército:

Para ajustar a condição do Exército para melhor atender às exigências do próximo século, articulamos a seguinte visão: “Soldados adequados para a nação que transforma este Exército, o mais respeitado no mundo, em uma Força capaz de reagir estrategicamente e que seja dominante em todo o espectro de operações.” Com essa meta abrangente para nos orientar, o Exército passará por uma grande transformação.⁵

O plano de transformação contava com três elementos: a Força existente, a Força objetiva e a Força interina.⁶ A divisão de estrutura da força e

aquisições do Exército levou em consideração os riscos de um futuro ambiente estratégico incerto e a possibilidade de que as futuras tecnologias não atendessem às expectativas dos planejadores. Os primeiros planejadores idealizaram duas décadas de desenvolvimento, que resultariam em uma Força objetiva futurista por volta de 2020.

O Exército reteria suas tradicionais forças existentes pesadas e mecanizadas de Infantaria, modernizando-as continuamente com nova tecnologia. A manutenção da Força existente era uma proteção contra o surgimento de possíveis concorrentes comparáveis, e a Força continuaria a ser o poder da nação em operações de combate de grande escala que exigissem a mobilidade, a proteção e o poder de fogo dos blindados pesados.

A Força interina era o foco de curto prazo da transformação, projetada para se constituir de brigadas de combate interinas que preencheriam a lacuna entre forças leves e pesadas.⁷ Ofereciam maior mobilidade, proteção e poder de fogo que as unidades leves, eram autossuficientes por períodos maiores e leves o suficiente para serem rapidamente transportadas por avião. O Exército anunciou que a sua Força era “capaz em todo o espectro de operações”. As conversões em brigadas de combate interinas preencheram lacunas de mobilidade estratégica e de forças precursoras identificadas durante a Operação *Desert Shield* e eram adequadas a contingências de pequena escala, especialmente às ocorridas em terreno urbano.

A Força objetiva seria a porta para o futuro. “A Força objetiva aliará a capacidade de desdobramento das forças leves com a letalidade, mobilidade tática e proteção das forças pesadas.”⁸ Substituindo a Força XXI, seu foco era a família de veículos, armas e sensores do Sistema de Combate do Futuro: um Exército de

soldados plenamente interconectado, com melhores capacidades, plataformas blindadas de construção mais leve e mais forte que as viaturas de hoje, veículos aéreos e terrestres não tripulados e uma rede de sensores com e sem operadores.

O secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, acelerou ainda mais a transformação do Exército depois dos ataques de 11 de Setembro. Ele emitiu a *Diretriz de Planejamento de Transformação* do Departamento de Defesa em abril de 2003, afirmando o que segue:

Alguns acham que, com os Estados Unidos no meio de uma perigosa guerra contra o Terrorismo, não é o momento de transformar as nossas Forças Armadas. Eu penso o oposto. Agora é exatamente a hora de efetuar mudanças. A Guerra contra o Terrorismo é um evento transformador, que exige que reconsideremos as nossas atividades e que coloquemos essas novas considerações em prática.⁹

O Exército ajustou o seu plano de transformação de curto prazo para acelerar a conversão de divisões com unidades de apoio de brigada



Exército dos EUA

A rede dos Sistemas de Combate do Futuro emprega a conectividade entre diferentes plataformas de armas e os soldados que as utilizam.

em brigadas modulares.¹⁰ As capacidades expedicionárias e a interdependência conjunta entre as forças singulares se tornaram a marca da transformação. O Exército implantou esses conceitos ao reestruturar a Força de massa centrada na divisão, transformando-a em uma Força de manobra autônoma e de rápido desdobramento centrada na brigada. Em 2003, o presidente George W. Bush resumiu o novo conceito de transformação:

Uma futura Força que seja definida menos pelo tamanho e mais pela mobilidade e rapidez, uma Força que seja fácil de desdobrar e manter, que dependa mais fortemente do sigilo, das armas de precisão e das tecnologias da informação.¹¹

Enquanto os Estados Unidos iniciavam uma guerra prolongada contra guerrilheiros e terroristas, o Exército implantava uma estrutura da Força projetada e testada para derrotar rapidamente as forças militares convencionais.

A Lacuna do Conflito Irregular

Influenciada, em grande parte, pelas noções de guerra popularizadas por Cebrowski, a diretriz de Rumsfeld para a transformação consistia em “forças distribuídas fundamentalmente conjuntas, centradas em redes, capazes de superioridade de decisão rápida e efeitos em massa em toda a área de operações”.¹² Rumsfeld publicou essa diretriz por escrito imediatamente depois da invasão do Iraque. Ao mesmo tempo em que proclama as necessidades da Guerra Contra o Terrorismo, a diretriz específica: “Não podemos nos dar ao luxo de reagir a ameaças lentamente ou de ficar com grandes forças presas por longos períodos. Nossa estratégia requer forças transformadas que possam atuar a partir de uma posição avançada e, rapidamente reforçadas por outras áreas, derrotar adversários de forma ágil e decisiva.”¹³

Da mesma forma, McGregor acreditava que as “últimas tendências em distúrbios civis” eram de “importância estratégica periférica para conquistar os ideais e hábitos da democracia”. Reconhecia que dava menor atenção ao “conflito de baixa intensidade”, mas escreveu que seria imprudente moldar as forças militares para desempenhar essas ações. McGregor afirmou: “As forças terrestres do Exército devem estar preparadas para administrar e controlar grandes áreas povoadas do território

inimigo até que a administração local legítima possa ser restaurada.” Contudo, o seu cenário de conflito no Iraque culminava com a “instalação de um governo amigo” um dia depois da chegada de forças americanas em Bagdá.¹⁴ Para ser justo, McGregor reconhecia o caráter intensivo em número de soldados das ocupações pós-conflito, mas o tema geral de *Breaking the Phalanx* e dos

A premissa implícita era que os soldados treinados e as unidades especificamente organizadas para o combate aproximado convencional pudessem facilmente conduzir uma gama de outras missões.

conceitos de Cebrowski era a rápida manobra de armas combinadas contra ameaças convencionais futuras, utilizando inovações tecnológicas. Os adversários irregulares e as estratégias de estabilização não faziam parte de nenhuma das duas análises.

A premissa implícita era que os soldados treinados e as unidades especificamente organizadas para o combate aproximado convencional pudessem facilmente conduzir uma gama de outras missões. Entretanto, os testes utilizados para validar as novas concepções de força se concentravam no combate tradicional e, em geral, ignoravam “as outras missões”. H.R. McMaster oferece a seguinte perspectiva:

Em exercícios construtivos de simulação computacional concebidos para “validar” a nova concepção, a Inteligência quase perfeita permitiu que se visassem, de forma centralizada, forças convencionais de grande escala de modo que a artilharia de foguetes de longo alcance, os helicópteros Apache e outros fogos compensassem a redução de poder de combate da divisão. A nova divisão era “menor”, mas “mais letal” porque a premissa de domínio do conhecimento conferia à unidade o entendimento da situação.¹⁵

Os cenários eram uma regressão à Guerra do Golfo. Ignoravam ameaças irregulares e os efeitos do terreno urbano, inflando os méritos das tecnologias da informação.

Além das premissas e cenários de teste dos estrategistas, uma falta de ênfase em operações de

A transformação de hoje não está errada; é apenas insuficiente.

estabilidade não deveria causar espanto, dada a sua descrição em documentos anteriores do Exército. A versão de 2001 do Manual de Campanha *FM 3-0* incorporava o léxico da doutrina de armas combinadas clássica, o conceito de “confrontar e destruir”, que é, muitas vezes, contraproducente no conflito irregular.

Nas operações de estabilidade, a superioridade no combate aproximado é o principal meio utilizado pelas forças do Exército para influenciar as ações do adversário. Em todos os casos, a capacidade das forças do Exército de engajar-se no combate aproximado, aliada à sua disposição em fazê-lo, é o fator decisivo em derrotar o inimigo ou controlar a situação.¹⁶

Essa afirmação é enganosa. Embora a capacidade para o combate aproximado violento e de pequenas unidades seja tão necessária em todas as formas de guerra irregular quanto o é em operações de combate convencionais, é raramente suficiente para alcançar um êxito sustentável no campo de batalha. Em resposta aos problemas enfrentados pelos soldados no Afeganistão e no Iraque, o Exército publicou um manual sobre contrainsurgência em dezembro de 2006.¹⁷ Em vez de “derrotar o inimigo”, proteger a população se tornou decisivo. O estímulo à governança local eficaz, a criação de soluções políticas, a coleta de informações ostensivas, a aplicação da lei e a facilitação do crescimento econômico se tornaram tão importantes quanto a “superioridade no combate aproximado”.

Essas contradições apoiam o argumento de Thomas X. Hammes de que iniciativas do Departamento de Defesa, como as estabelecidas

na *Diretriz de Planejamento de Transformação (Transformation Planning Guidance)* e *Visão Conjunta (Joint Vision) 2020*, concentraram-se principalmente na guerra convencional de alta tecnologia e eram novas ferramentas para a mesma tarefa, promovidas sob a “rubrica de transformação”.¹⁸ Embora o Departamento de Defesa tenha ajustado as suas estratégias de treinamento e doutrina pós-11 de Setembro, sua estrutura organizacional básica no nível tático continua unida a estratégias de Defesa antiquadas. A transformação de hoje não está errada; é apenas insuficiente.

Mudanças de Política

Os ataques de 11 de Setembro e as dificuldades pós-invasão no Iraque e no Afeganistão acordaram o governo dos EUA para a realidade das ameaças do século XXI. Esse momento de iluminação resultou em várias mudanças de política e diretrizes de Segurança Nacional, que devem estimular outras modificações no Exército além do plano organizacional inicial da transformação.

A *Estratégia de Defesa Nacional* de 2005 incentivava os planejadores de Defesa a redefinir antigas concepções das forças de emprego geral, observando o que segue: “As experiências [dos EUA] na Guerra Contra o Terrorismo apontam para a necessidade de reorientar suas forças militares para lidar com desafios irregulares com mais eficácia.”¹⁹ A Revisão Quadrienal da Defesa (*Quadrennial Defense Review — QDR*) de 2006 levou essa orientação em consideração e buscou formas para mudar a ênfase das capacidades do Departamento de Defesa, para possibilitar que ele se prepare para uma infinidade de ameaças que vêm surgindo, observando que “as forças americanas são primordialmente organizadas, treinadas, formadas e equipadas para o combate tradicional” e reconhecendo a necessidade de manter tais funções em caso de uma guerra convencional de grande escala. Entretanto, a Revisão Quadrienal da Defesa também reconheceu que as forças militares não têm a mesma capacidade de conduzir a guerra irregular prolongada nos ambientes de ameaça atuais ou previstos, recomendando um “reequilíbrio das forças de emprego geral” para aumentar sua capacidade de atuar contra adversários que mobilizam suas populações contra nós.²⁰ Especificamente, a Revisão Quadrienal da

Defesa reconheceu a necessidade de que “forças de emprego múltiplo treinem, equipem e assessorem forças locais; sejam desdobradas e interajam com nações parceiras; conduzam a guerra irregular; e apoiem as operações de segurança, estabilidade, transição e reconstrução”.²¹

A Revisão Quadrienal da Defesa de 2006 contrasta fortemente com a de 2001. A Revisão Quadrienal da Defesa de 2001 orientava o Departamento de Defesa a projetar a sua estrutura de Força para “derrotar rapidamente” os inimigos em duas campanhas militares, vencendo uma delas de “forma decisiva”. Também reconhecia a necessidade de conduzir um “número limitado de contingências militares e humanitárias menores”.²² Naquele mesmo ano, Bush assumiu o poder, declarando que os EUA não se envolveriam na construção nacional.²³ Contudo, os ataques de 11 de Setembro redefiniram a política externa dos EUA e levaram à constatação de que as forças militares estavam despreparadas para o futuro.

A Revisão Quadrienal da Defesa de 2006 tratou dessa lacuna. Na edição de 2006, tipos “menores” de contingência se tornaram o foco, e uma ênfase em “operações distribuídas e de longa

A concepção de Força de brigada modular ficou relativamente intacta, apesar das discussões em curso para tornar as forças de emprego geral mais adequadas aos ambientes irregulares.

duração” substituiu as campanhas “decisivas”. A necessidade desesperada de desenvolver capacidades em guerra não convencional, defesa interna estrangeira, contrainsurgência e operações de estabilização ofuscaram a capacidade de competir em campanhas convencionais.²⁴ Com o estabelecimento da nova diretriz, o Departamento de Defesa deveria ter aprimorado seu conceito de planejamento da Força. Curiosamente, porém,

a Revisão Quadrienal da Defesa complementou a mudança em curso na estrutura da Força do Exército porque estava em conformidade com a ênfase de 2001 em campanhas convencionais decisivas. A concepção de Força de brigada modular ficou relativamente intacta, apesar das discussões em curso para tornar as forças de emprego geral mais adequadas aos ambientes irregulares.

A *Diretriz 3000.05*, assinada em 28 de novembro de 2006, estabeleceu “a política e as responsabilidades do Departamento de Defesa de planejar, treinar e preparar para conduzir e apoiar as operações de estabilidade...”²⁵ O parágrafo 4.1 afirma o que segue:

[As operações de estabilidade] receberão prioridade comparável às operações de combate e serão tratadas explicitamente e integradas em todas as atividades do Departamento de Defesa, incluindo doutrina, organizações, treinamento, educação, exercícios, materiais, liderança, pessoal, instalações e planejamento.²⁶

A diretriz coloca forte ênfase, acertadamente, em parcerias cívico-militares e organizações interagências, integração de governo e força de segurança estrangeiros e cooperação com as organizações não-governamentais americanas e estrangeiras e com o setor privado. Entretanto, a diretriz atribui às forças militares dos EUA a responsabilidade de desempenhar “todas as tarefas necessárias para estabelecer ou manter a ordem quando os civis não forem capazes de fazê-lo”.²⁷ Essa atribuição de tarefas resulta da constatação que a assistência civil será limitada enquanto as hostilidades continuarem — em essência, aqueles períodos em que o Departamento de Defesa estará mais envolvido. A presença de terroristas não-estatais, insurgentes intraestatais, milícias violentas e elementos criminosos continuarão a constituir o maior impedimento aos esforços de estabilização dos EUA. Esses esforços podem suceder-se a operações de combate de grande escala ou coincidir com intervenções dos EUA contra a violência interestatal e intraestatal que ameace a estabilidade regional, uma crise humanitária ou os interesses americanos no exterior. O parágrafo 1.3 afirma que a *Diretriz 3000.05* do Departamento de Defesa “substitui qualquer

parte conflitante emitida anteriormente pelo Departamento de Defesa”. Isso deve incluir a atual concepção de brigada modular.

Uma Nova Direção?

A atual discrepância entre as ameaças previstas, as políticas e a estrutura da Força do Exército não passou despercebida. Shinseki utilizou o congresso de 1999 da Associação do Exército dos Estados Unidos para anunciar a transformação em direção a forças “expedicionárias”. O secretário de Defesa, Robert M. Gates, utilizou o mesmo veículo em 10 de outubro de 2007 para distanciar o Exército do conceito de Rumsfeld. Gates observou a aversão das forças militares aos conflitos irregulares depois da Guerra do Vietnã, deixando o Exército “despreparado para lidar com as operações que se seguiram na Somália, no Haiti, nos Bálcãs e, mais recentemente, no Afeganistão e no Iraque — cujas consequências e custos continuamos a enfrentar atualmente”. Ele prevê que a guerra assimétrica “continuará sendo o sustentáculo do campo de batalha contemporâneo por algum tempo” e, embora não tenha defendido nenhum plano específico, Gates desafiou o Exército a não tratar o Iraque e o Afeganistão como anomalias. Em vez disso, enfatizou que o Exército deve desenvolver uma maior capacidade de assessoria e proficiência em idiomas e aprimorar a capacidade de “combater forças menores de insurgentes”. Além disso, ele

Em vez de mudar as combinações de forças disponíveis, o Exército parece estar dizendo para os comandantes no terreno: “Faça funcionar com o que tiver.”

ressuscitou um termo intencionalmente abandonado pelo seu antecessor: a “construção nacional”:

Os soldados do Exército podem contar com o fato de que serão designados para

restaurar os serviços públicos, reconstruir a infraestrutura e promover a boa governança... todas essas chamadas capacidades “não tradicionais” passaram a fazer parte da corrente principal do pensamento, planejamento e estratégia militares, onde precisam permanecer.²⁸

Um artigo de 2007 do jornal *Army Times* destaca ainda a desconexão entre o atual ambiente operacional e a combinação de força disponível para atender às suas exigências. Os comandantes no Iraque e no Afeganistão vêm solicitando cada vez mais “unidades customizadas”, solicitações de força adaptadas para os seus atuais ambientes. Segundo o coronel Edge Gibbons, chefe da divisão de planejamento do Comando das Forças do Exército:

Como [o] Teatro de Operações amadureceu, as capacidades adicionais necessárias muitas vezes não correspondem ao estoque existente do Exército para certas capacidades especializadas exigidas com base no ambiente operacional. Isso diminui o aprestamento do Exército porque fragmenta as unidades. Para cada unidade customizada formada, há uma ou mais unidades que fragmentamos para atender a essa exigência.²⁹

O Exército apregoa a flexibilidade da atual concepção modular, mas ela é inadequada para atender às exigências dos atuais Teatros de Operações. Em vez de ajustar a estrutura da Força do Exército para adotar a adaptação da missão e a modularidade conforme anunciado, o Comando das Forças vem desencorajando o uso de “unidades customizadas”. Em vez de mudar as combinações de forças disponíveis, o Exército parece estar dizendo para os comandantes no terreno: “Faça funcionar com o que tiver.” Independentemente da escala do conflito de hoje, o Exército deve adaptar melhor a sua concepção da Força ao atual ambiente operacional, supondo (como o secretário Gates) que ele será mais indicativo do futuro conflito do que as premissas anteriores.

Outras Mudanças

A concepção da brigada modular, e atual reestruturação da força de trabalho do Exército (com base no modelo de 2003), foi um passo necessário, mas gradual, que corrigiu problemas

de mobilidade estratégica e institucionalizou os sucessos operacionais da Guerra do Golfo de 1991. Entretanto, a transformação de hoje não prepara o Exército de forma adequada para futuros conflitos irregulares.

Os batalhões de manobra e suas unidades subordinadas tiveram pouca ou nenhuma mudança na concepção organizacional segundo o novo conceito. O Exército alega que a modularidade fornece maior flexibilidade ao atrelar unidades especializadas a brigadas de combate, mas ainda existem inúmeros problemas. Um deles é a falta de capacidade em especialidades essenciais. O Exército não está colocando em campo quantidades suficientes de capacidades extremamente necessárias nos níveis táticos. Muitas dessas unidades se encontram na reserva, em que são difíceis de mobilizar, ou em brigadas funcionais compartimentadas, isoladas das brigadas de combate que elas geralmente apoiam. Ambos os casos apresentam problemas potenciais para as equipes de combate e seus especialistas funcionais atrelados. Uma falta de integração torna a coesão problemática, e a incapacidade de conduzir o treinamento coletivo combinado reduz o desempenho.

O Exército continua a promover a manutenção de uma força generalista de “todo o espectro”, capaz de conduzir operações ofensivas, defensivas e de estabilidade. Isso anula qualquer conceito de forças de emprego geral “especializadas em guerra irregular”, ignorando o fato de que o Exército já é especializado na medida em que possui Infantaria pesada, Stryker, leve e aeroterrestre e várias brigadas de apoio funcional.³⁰ Embora cada tipo de brigada seja capaz de conduzir todo o espectro de operações, elas são otimizadas para ambientes de ameaça, condições de terreno e tarefas coletivas particulares.

O Exército continua a adaptar brigadas de combate Stryker, aeroterrestres e

de assalto aéreo específicas para requisitos estratégicos como os de desdobramento rápido e a conquista e manutenção de uma área estratégica em território inimigo. As brigadas de combate pesadas devem continuar a servir como dissuasor estratégico. Servem como a força dominante dos EUA em operações convencionais de grande escala e conflitos em terreno descoberto. Contudo, o Exército deve prover mais recursos à maioria das suas brigadas de combate, para conduzirem operações urbanas e voltadas à população. Uma quantidade limitada de brigadas funcionais e de apoio conservaria a capacidade de autonomia. Elas forneceriam apoio especializado e destacariam unidades valor batalhão para as brigadas de combate conforme o necessário.

Entretanto, a maioria das brigadas de combate deve ser mais bem otimizada para as operações em ambientes irregulares, concentradas em executar operações de segurança civil, derrotar guerrilheiros e conduzir o desenvolvimento da força de segurança, governança e capacidade econômica locais. As unidades continuariam a ser capazes de todo o espectro de operações (na verdade, estabelecer e manter um ambiente seguro por meio de operações ofensivas e defensivas é essencial), mas seriam concebidas tendo as operações de estabilidade como tarefa central.



Cabo Michael Papp, do Exército dos EUA, designado para o 19º Batalhão de Engenharia, instala telhas de zinco durante obra no Campo de Aviação de Kandahar, Afeganistão, 14 de setembro de 2009.

Departamento de Defesa. Sgt Ernesto Hernandez Fonte

Essas unidades não seriam mais “especializadas” do que é uma brigada pesada para a guerra ofensiva e defensiva convencional. Uma análise detalhada está fora do escopo deste artigo; contudo, são relacionadas a seguir algumas recomendações a serem consideradas.

Inteligência. A atual estrutura de Inteligência do Exército ainda é formulada para a coleta e análise de cima para baixo, apesar da frequentemente citada mudança para a coleta de informações de baixo para cima. A designação de pessoal deve apoiar essa mudança. O comando das companhias e os estados-maiores dos batalhões devem contar com seções de Inteligência orgânicas e fortes que incluam especialistas em Inteligência Humana, capacidade de Inteligência de Sinais e analistas de todas as fontes, que possam sintetizar, interpretar e inserir informações em bancos de dados disponíveis para toda a força. Os especialistas em Inteligência Humana precisam ser graduados experientes, transferidos para a Inteligência militar no meio da carreira, em vez de soldados jovens principiantes.

Assuntos Cívicos. Os soldados de assuntos cívicos se encontram principalmente na reserva, na qual eles, supostamente, podem utilizar as capacidades funcionais que empregam na força de trabalho civil. Infelizmente, são difíceis de mobilizar, e sua relevância civil raramente se alinha com a necessidade militar. O Exército precisa de um aumento significativo de especialistas em Assuntos Cívicos na ativa, cuidadosamente selecionados e bem formados na resolução de conflitos e no desenvolvimento econômico em ambientes austeros, com uma base em Ciência Política, Economia e Sociologia. O Exército pode utilizá-los para ajudar a promover o crescimento econômico e a melhorar as instituições de governança estrangeiras. Esses especialistas devem formar parcerias estreitas por meio de exercícios conjuntos e convênios com órgãos interagências, como o Gabinete do Coordenador de Reconstrução e Estabilização do Departamento de Estado e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Sua capacidade geral deve aumentar para capacitar especialistas cívicos a assessorar líderes táticos até o escalão subunidade.

Engenheiros. A maioria de engenheiros do Exército em unidades de combate é hábil em romper obstáculos táticos, como arame farpado, portas ou paredes. Os engenheiros de construção são escassos e costumam trabalhar em um número limitado de projetos de infraestrutura americanos, como o apoio a grandes bases militares e a construção de campos de aviação. O Exército deve criar batalhões de engenheiros de construção — semelhantes às unidades SEABEE da Marinha dos EUA —, treinados, organizados e equipados em ofícios que os ajudem a fornecer apoio de emergência às populações locais e aos governos estrangeiros durante as operações de estabilidade ou missões de apoio civil americanas. Os batalhões de manobra tática devem ter um pelotão de construção e de avaliação, liderado por um engenheiro civil e composto de especialistas em ofícios (encanadores, eletricitistas, pedreiros, etc.), que possam oferecer apoio aos postos militares avançados e às comunidades locais. Além disso, os batalhões devem normalmente contar com pelotões móveis de especialistas altamente técnicos em demolição e remoção de materiais explosivos e com equipes de cães capazes de detectar explosivos e de realizar tarefas de segurança.

A tecnologia não pode substituir a mão-de-obra em operações voltadas para a população.

Unidades de Informação. O Exército deve aumentar o número de especialistas em operações psicológicas, comunicação social e operações de informações nas unidades táticas. Com a disseminação das tecnologias da informação, os conflitos são definidos, em grande parte, pelos cidadãos americanos, pela comunidade internacional e pelas percepções locais das ações dos EUA. O Exército dos EUA deve se aperfeiçoar em influenciar a mídia de informações ou, no mínimo, limitar os danos causados pelas campanhas calculadas de desinformação do inimigo.

Robótica e tecnologia. Os veículos aéreos não tripulados, a robótica de base terrestre, os sistemas complexos de software, os sistemas de armas avançadas e os veículos altamente automatizados exigem uma mão-de-obra cada vez mais especializada para operá-los e mantê-los. Embora o Exército venha tentando se movimentar em direção a unidades que sejam mais homogêneas e a uma força de trabalho mais generalizada, o ambiente e a natureza do trabalho no ambiente operacional contemporâneo exigem um grau elevado de treinamento e maior especialização.³¹ O Exército deve preencher as suas unidades com os especialistas técnicos orgânicos necessários.

Blindados médios. As operações no Iraque e no Afeganistão identificaram deficiências óbvias de proteção e na mobilidade tática, resolvidas com soluções improvisadas de aquisição, mas inalteradas na tabela modificada de dotação de material da Brigada de Combate de Infantaria. As companhias devem ter um pelotão motorizado orgânico composto de viaturas blindadas de porte médio, destinadas ao transporte de tropa e ao emprego de armas coletivas. A companhia de mobilidade (de Engenharia) do batalhão e os grupos de viaturas blindadas dos escalões superiores devem ser capazes de comportar viaturas blindadas de combate adicionais.

Unidades de policiamento. Por fim, o Exército deve acrescentar mais pessoal de Infantaria e de Polícia do Exército às brigadas de Infantaria existentes para levar em conta a natureza intensiva em mão-de-obra das operações baseadas na população. As brigadas dispõem de quadros adequados para coordenar devidamente as ações de unidades subordinadas adicionais. No mínimo, o Exército deve acrescentar mais um batalhão à Brigada de Combate de Infantaria e ampliar os batalhões de Infantaria para serem constituídos de quatro companhias, um pelotão de reconhecimento e um pelotão blindado (com um sistema de canhão principal ou variante). Além disso, o Exército deve aumentar a capacidade do batalhão com um pelotão orgânico de Polícia do Exército, especializado em procedimentos de investigação, tratamento de detentos e tecnologias biométricas, com um grupo de mulheres dedicado a auxiliar em interações com mulheres em sociedades tradicionalistas. As recentes iniciativas

de transformação do Exército criaram brigadas descritas como sendo menores, mas mais letais. A tecnologia não pode substituir a mão-de-obra em operações voltadas para a população.

Brigadas Mais Eficazes

A resposta do Exército às atuais insuficiências de brigadas nos meios em rodízio no Iraque e no Afeganistão está sendo aumentar o número de brigadas de combate disponíveis. Em vez disso, brigadas mais *eficazes* deviam ser a meta. Ao acrescentar um batalhão de Infantaria, uma companhia de Polícia do Exército (com as competências especializadas e as capacidades adicionais relacionadas anteriormente) prepararia melhor uma parcela da estrutura da força de emprego geral do Exército para conflitos irregulares, limitando, ao mesmo tempo, a redundância no número de unidades de comando, logística e de artilharia de campanha que mais seis brigadas exigiriam.³²

Essas mudanças na estrutura da Força continuariam a permitir que brigadas modificadas conduzissem operações ofensivas e defensivas convencionais, em que sua proficiência de pequenas unidades pudesse derrotar um adversário em um combate aproximado, ou utilizassem armas aéreas, portáteis e indiretas conjuntas a longa-distância contra alvos distantes. Essas táticas são tão essenciais para as operações irregulares quanto o são para as operações convencionais. Entretanto, não são suficientes para proteger a população de forma adequada, derrotar ou marginalizar guerrilheiros, treinar forças de segurança locais ou promover o desenvolvimento e a estabilidade de uma área antes que conflitos ocorram.

Um número menor de brigadas ficaria disponível para os meios em rodízio, mas, nesse caso, um número menor seria necessário. Uma maior eficácia per capita compensaria o menor número de brigadas. O Exército deve utilizar o aumento esperado no efetivo total para mudar a sua composição de capacidades em favor do combate irregular, ao mesmo tempo em que mantém uma proteção necessária para improváveis, mas potencialmente catastróficas operações de combate de grande escala. Ele deve otimizar grande parte das BCTs para operações em ambiente urbano e entre populações nativas. Embora o foco da transformação seja

historicamente tecnológico, o Exército deve utilizar o aumento no efetivo total para dar início a uma transformação semelhante na força de trabalho.³³

Contudo, uma maior capacidade não é o suficiente. A ampliação das capacidades da unidade deve ser organizada para ser eficaz. A estrutura organizacional do Exército deve ser achatada, capacitando ainda mais os comandantes de escalão inferior e incentivando as comunicações laterais. Simplesmente aumentar o número de batalhões e companhias subordinados seria um ponto de partida para forçar essas mudanças. Uma iniciativa ainda mais arrojada seria eliminar um nível hierárquico inteiro de uma estrutura de comando escalonada anterior à época de Napoleão. Essa mudança de paradigma seria verdadeiramente transformadora.

McGregor propôs a ideia de descentralizar a concepção de Força do Exército, tornando-a mais flexível por meio da criação de grupos de combate. Ele reduziu o comando de brigada e divisão para um só nível de comando. Grupos (que poderiam ser designados como regimentos) consistiriam de seis a oito batalhões de manobra (o dobro do tamanho das brigadas de hoje), subordinados às forças-tarefas conjuntas baseadas em corpos de exército. Além de contar com uma estrutura de comando otimizada em um ambiente cada vez mais dinâmico, os coronéis do Exército seriam capazes de ampliar a sua compreensão da Segurança Nacional servindo em cargos interagências ou com forças militares estrangeiras, ou de buscar maior experiência educacional antes de assumir o comando de um regimento. Além disso, eliminar um nível de comando poderia disponibilizar uma grande parte do pessoal para o restante da Força.

O Exército deve integrar as competências enumeradas anteriormente nos escalões de companhia e batalhão, possibilitando ações cuidadosamente adaptadas e administradas localmente. Os estados-maiores do escalão batalhão (que atualmente mantém a estrutura existente inalterada) devem contar com capacidades de Inteligência consideravelmente maiores, especialistas em operações de informações e comunicação social e as unidades de assuntos civis habituais. Os especialistas em capacidades não-combatentes pertenceriam a uma

cadeia de comando funcional para o treinamento técnico na sede. Durante as operações de combate, essa cadeia de comando forneceria assessoria funcional e apoio de estado-maior aos escalões brigada e superiores.

Em suma, o Exército deve aumentar o seu efetivo total melhorando a capacidade de conduzir operações não tradicionais em um ambiente de conflito irregular. O Exército deve aumentar o número de especialistas de Inteligência, construção, assuntos civis e domínio da informação. Deve aumentar o número de batalhões de infantaria e unidades de Polícia do Exército dentro das brigadas de combate e o número de especialistas técnicos para maximizar o valor de equipamentos avançados. O Exército deve institucionalizar unidades modulares de meios de transporte de tropas sobre rodas e blindagem média no quadro modificado de dotação de material da Brigada de Combate de Infantaria. Não se devem reservar todas essas capacidades adicionais para as unidades funcionais ou quartel-general principal. Em vez disso, o Exército deve integrá-las totalmente em unidades de combate — especialmente as Brigadas de Combate de Infantaria — no menor escalão possível. Dessa forma, as Brigadas de Combate de Infantaria permanecerão capazes em todo o espectro de operações, mas ficarão mais otimizadas para os ambientes irregulares. As mudanças propostas neste artigo permitiriam que as Brigadas de Combate de Infantaria conservassem as suas capacidades letais ao mesmo tempo em que fossem ampliadas para se tornarem as unidades expedicionárias exigidas pela *Diretriz 3000.07* do Departamento de Defesa:

...unidades organizadas, treinadas e equipadas que sejam, quando assim dirigidas, capazes de fornecer a segurança civil, restaurar a função de governo essencial, reparar a principal infraestrutura necessária à função de governo e de manutenção da vida humana e reformar ou reconstruir instituições de segurança locais até que funcionários civis locais, internacionais ou americanos sejam capazes de fazê-lo.

Apesar de declarações sobre “a transformação mais abrangente da Força desde a Segunda Guerra Mundial”, acredito que as medidas graduais tomadas pelas recentes iniciativas de

modularidade não são arrojadas o suficiente para permitir que as forças terrestres do Exército se preparem devidamente e enfrentem os futuros desafios de conduzir operações nos ambientes irregulares do século XXI.³⁴ Propus

várias mudanças a serem consideradas pelos planejadores de Defesa e pela comunidade do Exército, com a esperança de estimular uma maior discussão pública da futura concepção da Força e das capacidades do Exército.**MR**

REFERÊNCIAS

1. Este artigo deriva da monografia de mestrado do autor: "Organizing for Irregular Warfare: Implications for the Brigade Combat Team" (Naval Postgraduate School, December 2007), disponível em: <www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA475829&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>. A monografia de 175 páginas explora debates sobre ameaças e propostas de concepção da Força em mais detalhes.
2. BARNES, Julian E. "Gates Urges Funds for a Smarter Army", *Los Angeles Times*, 11 de outubro de 2007.
3. MCGREGOR, Douglas A. *Breaking the Phalanx: A New Design for Landpower in the 21st Century* (Westport, Connecticut: Praeger, 1997).
4. CEBROWSKI, vice-almirante Arthur K.; GARSTKA, John J. "Network-Centric Warfare: Its Origin and Future", *Proceedings*, January (1998), disponível em: <www.comw.org/rma/fulltext/overview.html>. Seu artigo tem como foco as operações navais, mas os conceitos e a terminologia se tornaram característicos das iniciativas de transformação de cada força singular dentro do Departamento de Defesa (DOD). Não é a minha intenção criticar a visão de transformação da Defesa de Cebrowski, e sim o emprego distorcido de sua visão ao campo do conflito irregular. Cebrowski, que morreu em 12 de novembro de 2005, deve ser devidamente lembrado como um importante visionário, que ajudou a iniciar discussões perspicazes sobre o futuro do combate. Cebrowski atribuiu o termo "guerra centrada em redes" a um discurso proferido pelo chefe de Operações Navais, almirante Jay Johnson (U.S. Naval Institute Annapolis Seminar and 123d Annual Meeting, 23 de abril de 1997).
5. Dennis Steele, "The Army Magazine Hooah Guide to Army Transformation", *Army Magazine*, 2001, disponível em: <www.ausa.org/PDFdocs/Hooah_Guide_web.pdf>. "Todo o espectro" se refere, nesse ponto, a um espectro de conflito, desde as ameaças de baixa intensidade às de alta intensidade. Isso foi modificado mais tarde para se referir a um espectro de operações, incluindo ações defensivas, defensivas e de estabilidade.
6. STEELE, "Guide to Army Transformation".
7. Nome modificado mais tarde para "Stryker Brigade Combat Teams" (brigadas de combate Stryker) em função do veículo com rodas utilizado como principal plataforma de mobilidade das unidades.
8. VICK, Alan; ORLETSKY, David; PIRNIE, Bruce; JONES, Seth. *The Stryker Brigade Combat Team, Rethinking Strategic Responsiveness and Assessing Deployment Options* (Santa Monica: RAND, 2002).
9. Prefácio de Donald H. Rumsfeld em *Transformation Planning Guidance* (Washington, DC: Department of Defense, April 2003), disponível em: <www.ofc.osd.mil/library_files/document_129_Transformation_Planning_Guidance_April_2003_1.pdf>.
10. De 29 de outubro de 2001 a 31 de janeiro de 2005, o Gabinete de Transformação da Força do Departamento de Defesa era dirigido por Arthur K. Cebrowski (então reformado).
11. George Bush, conforme citação em DOD, *Transformation Planning Guidance*, p. 3.
12. Prefácio de Donald Rumsfeld em DOD, *Transformation Planning Guidance*, p. 1.
13. DOD, *Transformation Planning Guidance*, p. 4.
14. Publicado em 1997, McGregor demonstrou uma assustadora capacidade de previsão ao utilizar um conflito fictício com o Iraque no futuro ano de 2003. Descreveu o futuro cenário para demonstrar capacidades conceituais da sua proposta de concepção da Força e estratégia baseada em tecnologia. Embora reconheça as ameaças irregulares, o cenário de McGregor envolve combates aéreos a curta distância, ataques de mísseis de cruzeiro, bombardeios por sistema de lançamento múltiplo de foguetes e uma rápida invasão por uma força terrestre, que foi refletido de perto seis anos depois. Durante o cenário imaginário, McGregor descreve uma força terrestre que possa "desdobrar-se agilmente e avançar rapidamente com grande força no território do inimigo... neutralizar a capacidade militar do inimigo... garantir o rápido colapso do seu sistema de comando e concluir o conflito". McGregor, p. 145.
15. MCMMASTER, H.R. "Crack in the Foundation", U.S. Army War College (trabalho universitário), p. 30.
16. Task Force Modularity, Army Comprehensive Guide to Modularity 1, ver. 1.0 (Fort Monroe, VA: U.S. Army Training and Doctrine Command, October 2004), 6-3, disponível em: <www.forscom.army.mil/weathr/Army_Transformation/Mod_OO_v_1.0.pdf>.
17. U.S. Army Field Manual (FM) 3-24, Counterinsurgency (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, December 2006).
18. HAMMES, Thomas X. *Sling and the Stone: On War in the 21st Century* (Osceola, WI: Zenith Press, 2006), p. 225.
19. THE OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, *The National Defense Strategy of the United States of America* (Washington, DC: Department of Defense (DOD), March 2005).
20. DOD, *Irregular Warfare Joint Operating Concept*, 11; DOD, *Quadrennial Defense Review* 2006.
21. DOD, *Quadrennial Defense Review* 2006, p. 23.
22. THE OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, *Quadrennial Defense Review Report* (Washington, DC: DOD, 30 de setembro de 2001), disponível em: <www.defenselink.mil/pubs/pdfs/qdr2001.pdf> (ênfase do autor).
23. Durante um debate presidencial entre Bush e Gore em Winston-Salem, Carolina do Norte, em 11 de outubro de 2000, Bush criticou a política externa do presidente Bill Clinton na Somália e no Haiti, afirmando: "Não acho que nossos soldados devam ser utilizados para o que se chama de construção nacional", distinguindo as missões de imposição da paz do que devia ser, a seu ver, o objetivo central das forças militares: "lutar e vencer a guerra". Bush acrescentou: "Acho que os nossos soldados devem ser utilizados para ajudar a derrubar um ditador quando isso for em nosso melhor interesse", disponível em: <www.cbsnews.com/stories/2000/10/11/politics/main240442.shtml>.
24. DOD, *Quadrennial Defense Review*, 2006, p. 36.
25. ENGLAND, Gordon. "Military Support for Stability, Security, Transition, and Reconstruction Operations", DOD Directive 3000.05 (28 de novembro de 2005), 1.2, disponível em: <www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/300005p.pdf>.
26. DOD Directive 3000.05, 4.1 (ênfase do autor).
27. DOD Directive 3000.05, 4.3.
28. Citações e comentários dessa apresentação constam de BARNES, Julian E.; SPIEGEL, Peter. "Rethinking the U.S. Army", *Los Angeles Times*, 10 de outubro de 2007; BARNES; BALDOR, Lolita C. "Gates Envisions an Army Remade to Fight Future Wars", *Seattle Post-Intelligencer*, 11 de outubro de 2007; e CLOUD, David S. "Gates Says Military Faces More Unconventional Wars", *New York Times*, 11 de outubro de 2007.
29. TAN, Michelle. "Deciding Who Goes, Where and When", *Army Times*, 14 de outubro de 2007.
30. CHIARELLI, Gen Peter W.; SMITH, Maj Stephen H., "Learning from Our Modern War", *Military Review*, September-October 2007, p. 2.
31. Por exemplo, o veículo aéreo não tripulado Raven e um maior número de outros equipamentos de robótica devem estimular o Exército a criar uma nova qualificação militar, como "especialista em robótica". Além disso, motoristas e operadores de armas para o novo veículo tático leve conjunto do Exército e futuros veículos de sistemas de combate futuros devem receber uma qualificação militar designada, permitindo que se tornem peritos na operação e manutenção desses sistemas cada vez mais complexos, enquanto os "passageiros" se concentram em suas tarefas de combate principais. Um maior número de equipamentos biométricos e bancos de dados é outro exemplo de uma área que requer treinamento focalizado.
32. Há inúmeros efeitos que um aumento no tamanho da unidade iria gerar, que estão além do escopo deste artigo. Por exemplo, alojamento na base, apoio de instalação e disponibilidade da área de treinamento teriam de ser avaliados e ampliados conforme necessário. Há um equilíbrio objetivo, embora difícil de medir, entre a eficácia da concepção da força e a eficiência fiscal.
33. BOOT, Max. "Military Strategies for Unconventional Warfare", comentários durante o Conselho sobre Relações Exteriores (*Council on Foreign Relations*), organizado por Thomas D. Shanker, 27 de outubro de 2006; disponível em: <www.cfr.org/publication/11834/military_strategies_for_unconventional_warfare_rush_transcript_federal_news_service.html>.
34. Army Transformation Office, 2004 *Army Transformation Roadmap*.